

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 646.726 - SC (2014/0340041-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**EMBARGANTE** : ELOSAUDE - ASSOCIACAO DE ASSISTENCIA A SAUDE -  
SUCESSORA DE  
— : FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA  
SOCIAL ELOS  
**ADVOGADOS** : GIOVANA MICHELIN LETTI - SC021422A  
FABRÍCIO ZIR BOTHOMÉ - SC021419  
**EMBARGADO** : DULCE ALICE BERNARDE CURI  
**ADVOGADOS** : MARIANA DIBE LAUREANO - SC023683  
VANESSA FERREIRA BURATTO - SC028695

**DECISÃO**

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL ELOS contra decisão às fls. 455/463 que deu parcial provimento ao recurso especial para afastar a condenação da recorrente ao pagamento de indenização por danos morais e a multa do art. 538 do CPC/1973.

A parte Embargante alegam que *"a parte autora/embargada decaiu de um (01) dos pedidos dois (02) pedidos formulados na exordial, decaindo de 50% (cinquenta por cento) do que foi pleiteado na presente demanda, imprescindível seja suprida a omissão ora apontada a fim de que seja reconhecida a sucumbência recíproca, pugnando pelo acolhimento dos presentes aclaratórios para saneamento do vício e manifestação desta Corte, a fim de que sejam redistribuídos os ônus sucumbenciais, nos termos do que dispõe o art. 86 do CPC/2015"* (e-STJ, fl. 466).

Intimado, o embargado apresentou impugnação (e-STJ fl. 471/475).

É o relatório.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022).

No caso dos autos, a embargante apontam omissão quanto aos honorários sucumbenciais, tendo em vista o provimento parcial do recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Com efeito, a decisão embargada deu parcial provimento ao recurso especial para afastar a condenação da recorrente em danos morais.

Nesse contexto, verifica-se que houve sucumbência recíproca das partes, motivo pelo qual condeno, nos termos dos arts. 85 e 86 do CPC/2015, as partes a repartirem as custas e despesas processuais pela metade e ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação, ressalvada a eventual concessão de gratuidade de justiça.

Ante o exposto, acolho os embargos declaratórios para suprir a omissão apontada.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator